

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo.

As atividades da Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia") compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na BM&FBovespa. Desse total, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 483.034 ações preferenciais em tesouraria.

A Companhia possui 4 (quatro) unidades industriais e 45,4 mil hectares de florestas em 71 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de março de 2012.

Aspectos societários relevantes nas controladas ocorridos no exercício findo em dezembro de 2011

Em 31 de agosto de 2011 a administração da Companhia, com a aprovação do Conselho de Administração efetuou uma reestruturação societária interna, que resultou na cisão parcial da empresa Eucatex Agro-Florestal Ltda., sendo seus ativos e passivos transferidos para a nova empresa denominada Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. O acervo líquido cindido foi de R\$138.466. Tal operação atenderá plenamente aos interesses das duas sociedades, no sentido de reorganizar

os ativos em harmonia com modelo de gestão de cada uma, de modo que a atividade florestal se desvincule da atividade imobiliária no decorrer dos próximos exercícios.

A Eucatex Agro Florestal Ltda. passou a denominar-se Eucatex Imobiliária Ltda. e se dedicará no futuro, exclusivamente, às atividades imobiliárias. A sociedade Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. se dedicará às atividades agro-florestais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia (individual e Consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Os IFRS compreendem além do IFRS mencionado, os *International Accounting Standards* ("IAS"), e as interpretações originadas do *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou anteriormente *Standard Interpretations Committee* ("SIC").

2.2. Consolidação

2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. (Nota12).

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S. A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

	% de participação	Localização da sede	Atividade principal
Diretas			
Eucatex Tintas e Venizes Ltda	97,93	São Paulo(SP)	Produção e Comercialização de Tintas Imobiliárias.
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda	99,99	Salto(SP)	Comercialização de Solventes.
Eucatex of North America, Inc.	100,00	Atlanta(EUA)	Comercialização de artefatos de madeira.
Tamboré Ind. e Com Prod. Met. Ltda	100,00	Barueri(SP)	Fabricação de produtos de metal, serviço de confecção de armações metálicas e outros.
Eucatex Comercial e Logística Ltda	100,00	São Paulo(SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda	100,00	São Paulo(SP)	Atividade florestal - cultivo de florestas de eucalipto
Eucatex Imobiliária Ltda	100,00	São Paulo(SP)	Atividade Imobiliária - venda de terrenos
ECTX S/A	100,00	São Paulo(SP)	Produção e Comercialização de Paineis de Madeira(Chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como Paineis de Divisória, Portas, Pisos laminados, Tintas Imobiliárias, Vernizes, Lacas.
Indiretas			
AD Argilas Descorantes Ltda		São Paulo(SP)	Comercialização de Argilas, Tintas, Lacas, Vernizes, Solventes, Pisos laminados de madeira e seus acessórios, divisórias, portas de madeira e chapas de madeira.
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda		São Paulo(SP)	Compra e Venda de Energia Elétrica e outros agentes desse mercado.
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda		Ribeirão(PE)	Produção e Comercialização de tintas, lacas, vernizes e corantes.

Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.2.2. Demonstrações Financeiras

Os resultados e variações patrimoniais de controladas são contabilizados na Companhia pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicada nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto no IFRS seria custo ou valor justo.

2.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria do Grupo, responsável pela tomada das decisões estratégicas, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades do Grupo

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são classificados em duas finalidades:

(a) Ativos financeiros disponível para venda

Os ativos financeiros mantidos disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros que não são classificados como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais para os quais a Administração pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidas para atender as necessidades de liquidez ou em resposta as mudanças nas condições de mercado.

(b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta categoria os empréstimos e os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e os recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

2.7.2. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4. Redução de Valor Recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantém instrumentos derivativos. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e estão apresentadas ao valor presente, quando relevante, e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

A provisão para devedores de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida

quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior aquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) o software pode ser usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.12. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 15. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 27 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (Nota 15).

2.13. *Impairment* de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.14. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (Nota 14). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região.

A Companhia avalia seus ativos biológicos ao final de cada exercício.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.16. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estas contas, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.17. Tributos sobre o lucro

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto pela proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial"

2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.19. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

As provisões para reconhecer a participação dos empregados nos lucros e resultados são reconhecidas em resultado na rubrica "Outros resultados operacionais".

2.20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Reconhecimento de receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados aos produtos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Consolidado:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 7% a 12%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Exceto, para as controladas – Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.22. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis quando a construção tenha sido iniciada a partir de 1º de janeiro de 2009. A Companhia continua a contabilizar em despesa os custos de empréstimos relativos a projetos de construção iniciados antes de 1º de janeiro de 2009.

2.23. Lucro por ação – básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC41 (IAS 33).

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.24. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 15.

2.25. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras na rubrica “Dividendo e juros sobre o capital próprio a pagar”, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.26. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Nas demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias, elaboradas com a utilização das informações disponíveis na data. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- **Valor Justo do Ativo Biológico**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

- **Recuperação de propriedades e equipamentos**

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

- **Revisão da vida útil**

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas por consultores externos.

- **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

4.1. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de

diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.137	5.480	8.137	5.480
Titulos e Valores Mobiliários	8.878	2.353	8.878	2.353
Contas a Receber, liquidas	184.545	150.581	184.545	150.581
Impostos a recuperar - Circulante e Não Circulante	35.690	28.947	35.690	28.947
Outros ativos	108.948	113.688	108.948	113.688
Total	346.198	301.049	346.198	301.049
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos - Circulante e Não Circulante	232.562	161.153	239.269	169.142
Contas a pagar e Fornecedores	135.350	145.339	135.350	145.339
Dividendos	33.705	21.295	33.705	21.295
Impostos a pagar - Circulante e Não Circulante	142.130	145.278	142.130	145.278
Outras obrigações	28.631	24.975	28.631	24.975
Total	572.378	498.040	579.085	506.029

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

4.2. Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Financiamentos		(232.562)	
Valor justo dos derivativos		305	

4.3. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, para financiamentos juntos ao BNDES e para as demais linhas de empréstimos/financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, a variação do CDI. Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de Finame, BNDES, Capital de Giro, Finimp, Pré-Pagamento de exportação e ACC, todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,50% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	CDI	9,50%	7,13%	4,75%
Aplicação Financeira Posição 31.12.2011		843	633	422

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Correção da TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Financiamentos – BNDES	TJLP	427	534	641
Variação cambial		6,00%	7,50%	9,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira (1)	US\$	8.901	11.127	13.352
Alteração no CDI		9,50%	11,88%	14,25%
Empréstimos e Financiamentos em reais		22.093	27.617	33.140

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011 de R\$1,8758 por US\$1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários:

- Cenário 1: (25% de valorização do real) taxa de R\$1,4069 por US\$1,00;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) taxa de R\$0,9379 por US\$1,00;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) taxa de R\$2,3448 por US\$1,00;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) taxa de R\$2,8137 por US\$1,00.

4.4. Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía um contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*), cujo valor contratado era US\$11.034.124, com vencimento até dezembro de 2013 e posição comprada em dólar. A Companhia contratou esta operação com o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

Risco	Valor de referência do dólar	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	
		-25%	-50%	25%	50%	
Flutuação do dólar	1,8758	1,4069	0,9379	2,3448	2,8137	
	11.034	11.034	11.034	11.034	11.034	
Posição na moeda funcional BRL	20.698	15.523	10.349	25.872	31.046	
Dolar contratado	Valor referência em Dolar	Valor referência em Reais				
1,7842	1.710	3.052	3.052	3.052	3.052	3.052
1,7878	344	615	615	615	615	615
1,7540	286	502	502	502	502	502
1,7870	2.484	4.439	4.439	4.439	4.439	4.439
1,7615	160	282	282	282	282	282
1,7541	881	1.545	1.545	1.545	1.545	1.545
1,7548	720	1.263	1.263	1.263	1.263	1.263
1,8210	556	1.012	1.012	1.012	1.012	1.012
1,9720	185	365	365	365	365	365
1,9810	185	366	366	366	366	366
1,9900	185	368	368	368	368	368
1,9990	185	370	370	370	370	370
2,0090	185	372	372	372	372	372
2,0180	185	373	373	373	373	373
2,0270	185	375	375	375	375	375
2,0350	185	376	376	376	376	376
0,0450	185	8	8	8	8	8
2,0530	185	380	380	380	380	380
2,0610	185	381	381	381	381	381
2,0700	185	383	383	383	383	383
2,0820	185	385	385	385	385	385
2,0940	186	389	389	389	389	389
2,1060	186	392	392	392	392	392
2,1190	186	394	394	394	394	394
2,1320	186	397	397	397	397	397
2,1430	186	399	399	399	399	399
2,1560	186	401	401	401	401	401
2,1700	186	404	404	404	404	404
2,1820	186	405	405	405	405	405
	11.034	20.393	20.394	20.394	20.394	20.394
Ajustes em relação ao valor de referência na moeda funcional em 31/12/2011		305	(4.871)	(10.045)	5.478	10.652

Valor Justo

Os resultados gerados pelos contratos de Derivativos registrados em resultado financeiro em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram de R\$305 e R\$(1.736) respectivamente.

Pronunciamentos Contábeis

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS com base nos pronunciamentos já emitidos pelo CPC e referenciados pela CVM. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, e ainda não referendados pela CVM e não serão adotados antecipadamente pela Companhia.

- a) Pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos e/ou atualizados pelo CPC, adotados durante o exercício de 2011.**

CPC 15 (R1) – Combinações de negócios

CPC 19 (R1) – Investimentos em empreendimentos controlado em conjunto (*Joint Venture*)
CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos
CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 35 (R1) – Demonstrações separadas correlação as normas internacionais de contabilidade
CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas
ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão
ICPC 17 – Contratos de concessão: evidenciação

b) Pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou atualizados pela IASB e ainda não referenciados pela CVM, consequentemente, não adotados pela Companhia.

IAS 01 – Apresentação das demonstrações contábeis
IAS 19 – Benefícios e empregados
IAS 27 – Demonstrações contábeis separadas
IAS 28 – Investimentos em coligadas e *Joint Ventures*
IFRS 09 – Instrumentos financeiros
IFRS 10 – Demonstrações contábeis
IFRS 11 – Acordos em conjuntos
IFRS 12 – Divulgação de investimentos em outras entidades
IFRS 13 – Mensuração de valor justo

4.5. Fatores de Risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Está demonstrada a seguir a exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

Consolidado	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos:		
<i>Dólar norte-americano</i>	137.431	113.193
<i>Euro</i>	10.922	11.477
Total (1)	148.353	124.670
Disponibilidades e conta a receber:		
<i>Dólar norte-americano</i>	10.693	4.387
<i>Euro</i>	8	7
Total (2)	10.701	4.394
Exposição líquida (1 - 2):		
<i>Dólar norte-americano</i>	126.738	108.806
<i>Euro</i>	10.914	11.470
Total	137.652	120.276

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de

seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólida.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Eucatex é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face a manutenção da liquidez da Companhia e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	227.905	158.155	232.561	161.153
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	(8.890)	(7.075)	(17.015)	(7.833)
Dívida líquida	219.015	151.080	215.546	153.320
Patrimônio líquido	997.220	936.873	997.220	936.873
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.216.235	1.087.953	1.212.766	1.090.193

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Numerários	131	119	223	189
Bancos conta movimento	4.894	4.693	7.914	5.291
Total	5.025	4.812	8.137	5.480

Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos imediatamente imobilizáveis, as aplicações financeiras em investimentos com risco insignificante de alteração de valor em reais indexadas à taxa dos certificados de depósitos interbancários (taxa “DI” ou “CDI”) com prazo inferior a três meses.

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ações	619	538	675	593
Título de capitalização	1.000	-	1.000	-
Derivativos	305	-	305	-
Aplicações CDB	1.941	1.725	6.898	1.760
Total	3.865	2.263	8.878	2.353

Os registros efetuados nesta rubrica referem-se a títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco disponíveis para venda. O saldo de R\$8.878 em dezembro de 2011 (R\$2.353 em dezembro de 2010).

7. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Clientes Nacionais	119.669	106.546	190.355	160.589
Clientes Exterior	7.046	1.765	9.699	4.250
Cessão de Crédito (1)	(6.563)	(10.160)	(6.563)	(10.160)
Crédito de liquidação duvidosa	(2.283)	(3.206)	(3.117)	(3.756)
Total	117.869	94.945	190.374	150.923
Ativo Circulante	117.187	94.945	184.545	150.581
Ativo Não Circulante	682	-	5.829	342
Total	117.869	94.945	190.374	150.923

- 1) Refere-se à operação de cessão de créditos com instituição financeira sem qualquer direito de regresso e coobrigação, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 31 de dezembro de 2011 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes na operação são de 1,1% a.m, registrados na rubrica despesas financeiras.

- a) A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	121.412	102.766	191.881	156.713
Vencidos até 30 dias	2.668	1.476	4.575	2.074
Vencidos de 31 a 60 dias	357	332	408	493
Vencidos de 61 a 90 dias	59	112	86	183
Vencidos de 91 a 180 dias	1.333	534	1.384	641
Vencidos a mais de 180 dias	886	3.091	1.720	4.735
TOTAL	126.715	108.311	200.054	164.839

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla

histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	(3.206)	(1.440)	(3.756)	(1.728)
Adições	(1.772)	(3.010)	(2.143)	(3.598)
Baixa	2.695	1.244	2.782	1.570
Saldo Final	(2.283)	(3.206)	(3.117)	(3.756)

8. Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos Acabados	29.960	15.686	42.269	27.264
Produtos Semi-acabados	13.825	7.093	14.063	7.367
Mercadoria para Revenda	76	60	138	157
Produtos em Elaboração	3.360	5.171	6.848	7.591
Materiais poder de Terceiros	4.401	3.844	4.486	3.897
Materia-prima	16.098	14.775	21.074	20.736
Almoxarifado e Outros	10.543	9.673	12.462	11.712
Adiantamento Fornecedores	1.306	2.353	3.946	3.807
Provisão para perda na recuperação de ativos	(1.500)	(1.500)	(1.500)	(1.500)
Total	78.069	57.155	103.786	81.031

Provisão para perdas em estoques: São constituídas provisões para cobrir eventuais perdas com itens de baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas. No exercício de 2011 não houve constituição/reversão de provisão para perdas, uma vez que os itens obsoletos foram baixados e estão contabilizados diretamente no resultado.

9. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) (1)	19.004	20.068	22.107	20.800
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	53	2	168	65
PIS/COFINS	2.413	2.490	2.414	2.551
IRPJ/CSLL - Corrente	5.354	9.618	7.408	12.061
Outros Impostos	153	264	3.593	4.339
Total	26.977	32.442	35.690	39.816
Circulante	18.187	21.573	26.900	28.947
Não Circulante	8.790	10.869	8.790	10.869
Total	26.977	32.442	35.690	39.816

(1) Representado, principalmente, pelos créditos relativos às aquisições de ativo imobilizado, a valor presente, os quais estão sendo utilizados à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente. O cálculo do ajuste a valor presente foi realizado em 31 de dezembro de 2011 e monta em R\$3.795 (R\$3.838 em 31 de dezembro de 2010).

a) Prazo de realização do ICMS a Longo Prazo

Consolidado	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	6.615
2013	5.274	3.603
2014	2.725	651
2015	791	-
Total	8.790	10.869

10. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adiantamento de Folha de Pagamento	1.980	1.030	2.615	1.607
Outros valores a receber (1)	22	261	22	57.042
Creditos Diversos	3.922	4.398	3.922	4.398
Precatórios a Receber (2)	12.820	12.820	16.396	16.396
Total	18.744	18.509	22.955	79.443
Circulante	2.002	1.290	2.637	31.996
Não Circulante	16.742	17.219	20.318	47.447
Total	18.744	18.509	22.955	79.443

(1) O saldo está representado por:

Em 2010 a Companhia alienou a Fazenda Santa Luzia, localizada no município de Itu, pelo valor de R\$ 85 milhões, que seriam pagos da seguinte forma: R\$20 milhões após a efetivação do registro da escritura de venda e compra no Registro de Imóveis de Itu previsto no início de novembro de 2010, e o saldo remanescente de R\$56,1 milhões seriam parcelados 25 meses, com parcelas mensais de R\$2,2 milhões cada uma, atualizadas com base na variação de 80% do CDI a partir de 01 de julho de 2010. A Companhia antecipou o recebimento das parcelas vincendas da venda fazenda Santa Luzia através de Cessão de Crédito, o valor da referida cessão foi creditado em 30 de março de 2011, não restando assim saldo a receber em dezembro de 2011.

(2) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

11. Propriedade para investimentos

O saldo de R\$ 28.250 refere-se a: uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho Feliz", com metragem aproximada de 2,0 milhões de m2. Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área a ser comercializada, após realização da infra-estrutura, será de aproximadamente 1,2 milhões de m2. O VGV (Valor Geral de Vendas) equivalente a um montante estimado do projeto de R\$ 250 milhões e a Companhia terá 38% livre de ônus sobre esse total, cujo valor presente representa um montante entre R\$60 e R\$70 milhões.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de 7 anos. A propriedade está registrada pelo seu custo histórico.

12. Investimentos

A Companhia participa indiretamente na empresa AD Argilas Descorantes Ltda., em 99%, por meio da sociedade Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., na Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., em 2,07%, por intermédio da sociedade Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda., na Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., e na Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda., em 99% por meio da sociedade Eucatex Imobiliária Ltda.

Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial:

a) Informações relativas às controladas:

Descrição	Participações						Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos	
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem	Capital Social	Lucro/Prejuízo do exercício	Patrimônio Líquido	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	Brasil	85.895	97,93	87.709	7.954	52.978	7.999	8.569	51.882	44.082
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda	Brasil	899	99,99	899	(64)	1.736	(64)	(137)	1.736	1.800
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	(422)	761	(421)	653	761	1.118
Tamboré Ind. e Com Prod. Met. Ltda	Brasil	9.891	100,00	9.891	17	1.282	17	(1.380)	1.282	1.265
Eucatex Comercial e Logística Ltda	Brasil	100	100,00	100	7.047	12.715	7.046	4.004	12.715	5.669
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda	Brasil	134.351	100,00	134.351	14.003	152.479	14.003	-	152.479	10
Eucatex Imobiliária Ltda	Brasil	279.432	100,00	279.432	43.491	495.311	43.513	95.319	495.311	590.287
ECTX S/A	Brasil	-	100,00	1	-	-	-	-	1	-
							72.093	107.028	716.167	644.231

b) Movimentação dos investimentos na controladora:

Descrição	Saldo em 31.12.2009	Equivalência Patrimonial	Varição Cambial	Distribuição de lucros	Aporte	Baixas de investimentos	Lucros/Prejuízos não realizados em controladas	Saldo em 31.12.2010
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	35.703	8.569	-	-	-	-	(190)	44.082
Eucatex Distribuidora de Solventes LTDA	1.937	(137)	-	-	-	-	-	1.800
Eucatex of North America, Inc.	539	653	(73)	-	-	-	-	1.119
Tamboré Ind. e Com Prod. Met. Ltda	2.645	(1.380)	-	-	-	-	-	1.265
Eucatex Comercial e Logística Ltda	1.665	4.004	-	-	-	-	-	5.669
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	10
Eucatex Agro-Florestal Ltda	554.602	95.319	-	(59.775)	-	-	141	590.287
Outros Investimentos	934	-	-	-	-	(934)	-	-
	598.035	107.028	(73)	(59.775)	-	(934)	(49)	644.232

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Equivalência Patrimonial	Varição Cambial	Distribuição de lucros	Aporte	Baixas de investimentos	Lucros/Prejuízos não realizados em controladas	Saldo em 31.12.2011
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	44.082	7.999	-	-	-	-	(199)	51.882
Eucatex Distribuidora de Solventes LTDA	1.800	(64)	-	-	-	-	-	1.736
Eucatex of North America, Inc.	1.119	(421)	64	-	-	-	-	761
Tamboré Ind. e Com Prod. Met. Ltda	1.265	17	-	-	-	-	-	1.282
Eucatex Comercial e Logística Ltda	5.669	7.046	-	-	-	-	-	12.715
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	10	14.003	-	-	138.466	-	-	152.479
Eucatex Imobiliária Ltda	590.287	43.513	-	-	-	(138.466)	(23)	495.311
ECTX S/A	-	-	-	-	1	-	-	1
	644.232	72.093	64	-	138.467	(138.466)	(222)	716.167

13. Partes Relacionadas

a) Transações com sociedades relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	Contratos de partes relacionadas – ativos		Contratos de partes relacionadas/ passivos		Receitas - juros de partes relacionadas		Despesas - juros de partes relacionadas	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Eucatex S.A.	-	-	-	-	4.930	7.899	13.563	11.469
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	796	-	-	-	182	419	170	492
Eucatex of North America Inc.	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	20.386	10	431	-	192	-
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	46.134	77.022	-	-	10.360	11.676	5.166	8.007
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	14	-	-	-	-	2	1
Tamboré Ind. e Com. Prod. Met. Ltda.	-	-	19	-	145	159	-	34
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	73.571	100.146	8.298	8.970	10.351	11.647
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	45.464	-	5.135	2.556	-	29
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	-	-	-	-	-	-	4	-
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	109	-	-	-	-	-	33	-
ECTX S/A	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	47.039	77.036	139.441	100.156	29.481	31.679	29.481	31.679

	Controladora		Consolidado			
	Contas a receber		Compras de matérias-primas e insumos		Receitas de vendas	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Eucatex S.A.	-	-	115.075	93.312	27.101	25.685
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	-	-	4.273	10.741
Eucatex of North America Inc.	9.194	5.701	5.896	4.621	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	-	-	20.852	-
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	-	-	4.310	10.770	140.030	135.794
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-	-	-
Tamboré Ind. e Com. Prod. Met. Ltda.	-	-	-	-	-	-
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	96.144	100.643	-	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	-	-	29.169	37.126
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	-	-	-	-	-	-
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-
ECTX S/A	-	-	-	-	-	-
Total	9.194	5.701	221.425	209.346	221.425	209.346

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para Eucatex North América e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Comercial e Logística. Já em relação às compras de insumos as controladas Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., são fornecedores de matérias-primas tintas e vernizes e madeira em pé, respectivamente para sua controladora Eucatex S.A.

Conforme mencionado na nota 22 - "Contas a pagar", a Companhia possuía obrigações com acionistas em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$15.765, e em 31 de dezembro de 2010 R\$16.750.

b) Remuneração da administração

Em Assembléia Geral Ordinária (AGO) foi aprovado o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$ 10.000.000,00. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$6.898 (R\$5.951 em dezembro de 2010).

	31/12/2011	31/12/2010
Honorários do Conselho de Administração	41	54
Honorários da Diretoria Estatutária	6.857	5.897
Total	6.898	5.951

Não há benefícios adicionais para a administração.

14. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação de eucalipto que são utilizadas como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía através das suas subsidiárias integral Eucatex Imobiliária Ltda e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda aproximadamente 26,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (26 mil hectares em 31 de dezembro de 2010), que são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

Devido a dificuldade em identificar a existência de um mercado ativo ou mercado ativo relevante para o ativo biológico analisado, a Companhia optou por mensurar o valor justo do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de Desconto: taxa corrente de mercado apropriada para trazer os fluxos de caixa considerados a valores presentes nas datas de mensuração.

- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia. O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$46,64/m3 (R\$45,24/m3 em 2010). A taxa de desconto utilizada foi de 7,8% e 8,8%, em 2011 e 2010 respectivamente, antes do imposto de renda e descontada a inflação.
- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média considerando o (“IMA” – Incremento Médio Anual) de 45 m3 / hectares. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos ao final de cada exercício/período.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada e aprovada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
No Início do Período	223.696	197.503
Cortes efetuados no exercício	(50.388)	(40.915)
Adições	41.392	31.018
Ganho na atualização do valor justo	43.637	36.090
	258.337	223.696

A partir de 2011, para uma melhor análise do resultado da Companhia, a administração decidiu classificar o resultado da variação do valor justo do ativo biológico em rubrica própria na demonstração de resultado, no exercício de 2010 a classificação era feita na rubrica outros resultados operacionais.

15. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Saldo inicial em 31/12/2009								
Custo	625	66.627	495.603	326.454	3.454	5.929	1.538	900.230
Depreciação acumulada	-	(30.809)	(258.894)	-	(2.229)	(3.062)	(716)	(295.710)
Saldo contábil, líquido	625	35.818	236.709	326.454	1.225	2.867	822	604.520
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	625	35.818	236.709	326.454	1.225	2.867	822	604.520
Aquisições	54	-	1.114	30.224	32	7	31	31.462
Baixas	(54)	-	(1.833)	787	-	(163)	-	(1.263)
Depreciações	-	(526)	(9.050)	-	(54)	(146)	(26)	(9.802)
Transferências	-	35.493	260.458	(296.283)	-	123	209	-
Saldo contábil, líquido	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	625	102.120	755.342	61.182	3.486	5.896	1.778	930.429
Depreciação acumulada	-	(31.335)	(267.944)	-	(2.283)	(3.208)	(742)	(305.512)
Saldo contábil, líquido	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Aquisições	-	6	4.399	98.634	404	-	74	103.517
Baixas	-	(154)	(271)	-	-	(162)	-	(587)
Depreciações	-	(3.852)	(38.743)	-	(226)	(508)	(173)	(43.502)
Transferências	-	402	34.878	(35.714)	7	173	254	-
Saldo contábil, líquido	625	67.187	487.661	124.102	1.388	2.191	1.191	684.345
Saldo inicial em 31/12/2011								
Custo	625	101.532	776.637	124.102	3.836	5.346	1.998	1.014.077
Depreciação acumulada	-	(34.345)	(288.976)	-	(2.448)	(3.155)	(807)	(329.731)
Saldo contábil, líquido	625	67.187	487.661	124.102	1.388	2.191	1.191	684.346

CONSOLIDADO	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Saldo inicial em 31/12/2009								
Custo	362.228	100.988	515.385	328.345	4.014	6.374	1.624	1.318.958
Depreciação acumulada	-	(46.957)	(273.705)	-	(2.709)	(3.440)	(717)	(327.528)
Saldo contábil, líquido	362.228	54.031	241.680	328.345	1.305	2.934	907	991.430
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	362.228	54.031	241.680	328.345	1.305	2.934	907	991.430
Aquisições	54	-	1.102	30.310	33	7	32	31.538
Baixas	(30.214)	-	(1.833)	791	-	(163)	-	(31.419)
Depreciações	-	(761)	(9.218)	-	(57)	(151)	(26)	(10.213)
Transferências	-	35.493	260.462	(296.287)	-	123	209	-
Saldo contábil, líquido	332.068	88.763	492.193	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	332.068	136.481	775.116	63.159	4.047	6.341	1.865	1.319.077
Depreciação acumulada	-	(47.718)	(282.923)	-	(2.766)	(3.591)	(743)	(337.741)
Saldo contábil, líquido	332.068	88.763	492.193	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	332.068	88.763	492.193	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Aquisições	-	9	4.444	100.328	419	-	74	105.274
Baixas	(33)	(145)	(281)	-	-	(162)	-	(621)
Depreciações	-	(4.532)	(39.383)	-	(240)	(531)	(176)	(44.862)
Transferências	-	708	36.380	(37.715)	111	237	279	-
Saldo contábil, líquido	332.035	84.803	493.353	125.772	1.571	2.294	1.299	1.041.127
Saldo inicial em 31/12/2011								
Custo	332.035	135.993	797.721	125.772	4.514	5.860	2.109	1.404.004
Depreciação acumulada	-	(51.190)	(304.368)	-	(2.943)	(3.566)	(810)	(362.877)
Saldo contábil, líquido	332.035	84.803	493.353	125.772	1.571	2.294	1.299	1.041.127

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente a construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 31 de dezembro de 2011 não houve capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais ativos (máquinas, equipamentos e instalações industriais).

Taxas anuais de Depreciação	Revisado	Anterior
Edifícios e Benfeitorias	2,98%	3,30%
Máquinas, Equipamentos e Instalações	6,09%	8,41%
Móveis e Utensílios	5,73%	8,30%
Veículos	10% a 20%	10% a 20%
Outros Ativos	6,60%	15,72%

d) Adoção do custo atribuído (*Deemed cost*)

Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para a classe de terras florestais, conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16).

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela administração gerando uma mais valia de R\$136.034 ao custo anterior de R\$226.107 registrado no ativo imobilizado da controlada Eucatex Imobiliária Ltda. em 01 de janeiro de 2010. Sobre o saldo constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferido passivo no valor de R\$46.251. A contrapartida do saldo foi registrado no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

A Companhia preparou, para as datas de 31 de dezembro de 2011 e 2010 análises do Valor em Uso de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) com base nos respectivos Fluxos de Caixa Descontados, os quais foram preparados de acordo com os planos de negócios aprovados pela administração. Com base nos estudos, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir os valores de realização dos respectivos ativos.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

16. Intangível

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Software	Marcas e Patentes	Total	Software	Marcas e Patentes	Total
Saldo inicial em 31/12/2009						
Custo	1.571	831	2.402	2.147	1.024	3.171
Amortização acumulada	(1.413)	(364)	(1.777)	(1.823)	(542)	(2.365)
Saldo contábil, líquido	158	467	625	324	482	806
Em 31/12/2010						
Saldo inicial	158	467	625	324	482	806
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(38)	(15)	(53)	(54)	(18)	(72)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	120	452	572	270	464	734
Saldo inicial em 31/12/2010						
Custo	1.571	831	2.402	2.147	1.024	3.171
Amortização acumulada	(1.434)	(396)	(1.830)	(1.877)	(560)	(2.437)
Saldo contábil, líquido	137	435	572	270	464	734
Em 31/12/2011						
Saldo inicial	137	435	572	270	464	734
Aquisições	1	-	1	1	-	1
Baixas	(7)	(4)	(11)	(7)	(4)	(11)
Amortização	(41)	(56)	(97)	(99)	(69)	(168)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	90	375	465	165	391	556
Saldo inicial em 31/12/2011						
Custo	1.565	827	2.392	2.141	1.020	3.161
Amortização acumulada	(1.475)	(452)	(1.927)	(1.976)	(629)	(2.605)
Saldo contábil, líquido	90	375	465	165	391	556
Taxa média de amortização	20%	10%		20%	10%	

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade Circulante	Moeda	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
						31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Capital de Giro	Real	dez/2012	100% CDI + 3,20% a.a	Única	Duplicatas	49.269	2.570	49.272	2.575
ACC/Pre Pagamento	Dolar	dez/2012	5,10% a.a à 5,4% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	39.518	23.956	39.518	23.956
Finimp	Dolar	dez/2012	5,05% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	27.467	38.397	32.121	41.390
Pré-Pagamento-Exportação (1)	Dolar	dez/2012	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota Promissória	10.496	11.250	10.495	11.250
CCE/ Real	Real	dez/2012	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	5.393	-	5.393	-
SACE (2)	EUR	dez/2012	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	3.328	2.361	3.328	2.361
CCE AGRO	Dolar	dez/2012	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	3.140	-	3.140	-
Finame	Real	dez/2012	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	2.023	2.175	2.023	2.175
Credito Rural	Real	dez/2012	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	1.398	701	1.398	701
BNDES EXIM	Real	dez/2012	7% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	-	16.055	-	16.055
Leasing	Real	dez/2012	1,20 à 1,60% a.m.	Mensal	Equipotos	-	255	-	255
Total Circulante						142.032	97.720	146.688	100.718
Pré-Pagamento-Exportação (1)	Dolar	dez/2017	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota Promissória	31.604	30.896	31.604	30.896
CCE/ Real	Real	set/2014	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	14.667	-	14.667	-
SACE (2)	Euro	fev/2016	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	7.494	6.974	7.494	6.974
CCE AGRO	Dolar	set/2014	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	7.292	-	7.292	-
Finimp	Dolar	jul/2013	5,05% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	7.070	6.134	7.070	6.134
ACC/Pre Pagamento	Dolar	ago/2013	5,10% a.a à 5,4% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	6.291	6.460	6.291	6.460
Finame	Real	jun/2020	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	5.095	7.097	5.095	7.097
Capital de Giro	Real	mar/2013	100% CDI + 3,20% a.a	Única	Duplicatas	4.500	-	4.500	-
Credito Rural	Real	set/2014	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	1.860	2.874	1.860	2.874
Total Não Circulante						85.873	60.435	85.873	60.435
Total Geral						227.905	158.155	232.561	161.153

(1) Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19/09/2007, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na Assembléia Geral de Credores, que aprovou o plano de recuperação judicial. O Plano de Recuperação prevê que, caso ocorra inadimplência nas amortizações dentro do cronograma estabelecido, o valor da dívida seria recalculado. Em dezembro de 2011, a Companhia esta adimplente com relação às obrigações contratuais do citado instrumento. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia efetuado pagamento de US\$2.683, sendo US\$2.529 mil referente ao principal e US\$154 mil referente a juros.

(2) A Companhia obteve financiamento de equipamento junto aos seus fornecedores, que obtém em seus países de origem linhas de bancos oficiais, com custos competitivos e prazos adequados.

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos, máquinas e equipamentos a fazenda Santa Terezinha que tem valor justo de R\$82.500. Além desses a Companhia ofereceu como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
2012		24.085
2013	41.862	10.105
2014	21.338	9.699
2015	7.660	6.123
2016	7.181	6.123
2017	6.826	3.314
2018	506	505
2019	455	452
2020	45	29
Total	85.873	60.435

18. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda Nacional	65.734	73.391	89.975	110.348
Moeda Estrangeira	2.657	2.357	11.970	2.332
Total	68.391	75.748	101.945	112.680

19. Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PLR a Pagar	4.070	3.508	5.330	4.870
INSS a Recolher	2.181	1.996	4.140	3.029
FGTS a Recolher	640	564	810	743
Provisão de Férias e Encargos	11.135	9.313	14.026	11.987
Provisão de 13º salário e encargos	-	-	-	-
Total	18.026	15.381	24.306	20.629

20. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IPI	2.032	1.963	2.032	1.964
PIS/COFINS	1.133	147	2.016	667
ICMS	1.550	1.604	3.442	3.057
ISS	68	23	99	53
IRPJ/CSLL	7.360	6.151	9.753	7.526
Total	12.143	9.888	17.342	13.267

21. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PPI-ICMS	4.375	4.779	4.375	4.779
REFIS IV	88.481	93.932	120.413	127.232
Total	92.856	98.711	124.788	132.011
Passivo Circulante	21.935	7.199	28.480	9.600
Passivo Não Circulante	70.921	91.512	96.308	122.411
Total	92.856	98.711	124.788	132.011

Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial “REFIS IV” na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal no montante de R\$355.694. O impacto líquido da atualização do passivo tributário reduzido pelo valor do pagamento com prejuízos fiscais e redução de multa e juros foi no montante de R\$175.218 registrado na rubrica outras receitas e despesas operacionais. A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parcelados e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual:

Cronograma de Desembolso Refis IV	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2011
2012	7.373	10.034
2013	7.373	10.034
2014	7.373	10.034
2015	7.373	10.034
2016	7.373	10.034
2017	7.373	10.034
2018	7.373	10.034
2019	7.374	10.035
2020	7.374	10.035
2021	7.374	10.035
2022	7.374	10.035
2023	7.374	10.035
Total	88.481	120.413

22. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Energia Elétrica	2.472	2.085	2.472	2.123
Fretes a Pagar	3.560	3.135	4.941	4.431
Comissões a pagar	2.394	2.273	3.075	2.983
Obrigações com Acionistas (1)	15.765	16.750	15.765	16.750
Outras	6.886	5.773	7.152	6.372
Total	31.077	30.016	33.405	32.659
Passivo Circulante	31.077	30.016	33.405	32.659
Total	31.077	30.016	33.405	32.659

Como parte do plano de recuperação judicial, a Companhia é garantidora de um preço mínimo de R\$7,747 por ação preferencial, atualizado pela variação do CDI, com relação às ações preferenciais oriundas da conversão das debêntures.

Os acionistas detentores destas ações preferenciais, quando da alienação das ações em até quatro anos da data de publicação da homologação do plano de recuperação judicial, têm o direito de requerer a diferença entre o preço mínimo base estabelecido e o valor negociado das ações se a venda for realizada por um preço inferior ao preço mínimo.

Como garantia da obrigação assumida foi oferecida uma fazenda de propriedade da controlada Eucatex Imobiliária Ltda., com área de 2.139,47 hectares, cujo valor justo é de R\$34,8 milhões em 31 de dezembro de 2011.

23. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2011, encontra-se provisionado o montante de R\$77.246 (R\$100.950 em dezembro de 2010), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos Estaduais	69.564	90.460	69.564	90.460
Impostos e Contribuições Federais	4.554	6.841	5.531	7.809
Provisões Trabalhistas	1.326	1.266	1.764	1.703
Provisões Cíveis e Outras	387	977	387	978
Total Provisão para demandas judiciais	75.831	99.544	77.246	100.950
(-) Depósitos judiciais	(6.685)	(6.378)	(7.915)	(7.602)
Total Provisão para demandas judiciais líquidas	69.146	93.166	69.331	93.348

As movimentações na provisão para demandas judiciais líquidas estão sumarizadas a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo líquido em 31.12.2010	92.990	(418)	594	93.166
Atualização Monetária e Juros	8.937	-	-	8.937
Baixas	(28.715)	(3.218)	(591)	(32.524)
Provisão (Reversão)	(3.406)	3.279	-	(127)
Saldo líquido em 31.12.2011	69.806	(357)	3	69.452
Depósitos Judiciais	-	(306)	-	(306)
Provisão para demandas judiciais líquidas	69.806	(663)	3	69.146

Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo líquido em 31.12.2010	93.071	(317)	594	93.348
Atualização Monetária e Juros	8.945	2	-	8.947
Baixas	(28.715)	(4.244)	(591)	(33.550)
Provisão (Reversão)	(3.406)	4.305	-	899
Saldo líquido em 31.12.2011	69.895	(254)	3	69.644
Depósitos Judiciais	-	(313)	-	(313)
Provisão para demandas judiciais líquidas	69.895	(567)	3	69.331

A reversão registrada na conta provisão para demandas judiciais líquidas em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$28.715, refere-se à decadência de débitos de ICMS aos quais a Companhia e suas controladas estavam sujeitas, cujo procedimento está suportado por seus assessores legais.

Impostos estaduais

Do total da provisão registrada em 31 de dezembro de 2011, R\$69,5 milhões refere-se a créditos de ICMS decorrentes de encargos financeiros apurados nos exercícios de 1986 a 1996, e utilizados para compensação com impostos correntes. A discussão judicial sobre o direito ao crédito encontra-se pacificada através de trânsito em julgado, sem expressa definição quanto ao lapso temporal do direito de 5 ou 10 anos. Em janeiro de 2011 a Companhia obteve decisão administrativa final em auto de infração de créditos de ICMS, que prevaleceu direito dos créditos decorrentes de agosto de 1991 à agosto de 1996 (5 anos). Embora tenha transitado em julgado a Companhia é requerida em diversos processos administrativos que discutem débitos compensados por meio destes créditos de ICMS, para os quais, em sua totalidade, não possuem provimento judicial ou administrativo definitivo. A Administração, considerando que ainda há discussão administrativa, necessidade de avaliação de créditos decaídos/prescritos, avaliação dos montantes dos créditos compensados com

ganho final judicial ou administrativo e pendência de liquidação da sentença, decidiu por não reverter integralmente a provisão constituída em 31 de dezembro de 2011.

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Estas ações determinam um risco máximo total de R\$1.764. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2011 são: tributário R\$55.034, trabalhistas, cíveis e previdenciários R\$16.518 (tributário R\$99.328, trabalhistas, cíveis e previdenciários R\$11.439 em 31 de dezembro de 2010).

24. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS				
AVP	-	36	1.132	36
Descontos Concedidos / Obtidos	401	108	606	303
Juros	6.316	50	6.475	2.702
Juros Com Partes Relacionadas	4.930	7.899	29.481	31.679
Outros	2.942	616	3.418	635
Variação Monetária E Cambial	17.055	24.180	19.017	24.446
	-	-	-	-
DESPESAS				
AVP	(1.247)	(1.925)	(1.368)	(3.812)
Descontos Concedidos / Obtidos	(2.120)	(1.094)	(2.172)	(1.141)
Despesas Bancárias	(1.574)	(1.181)	(2.411)	(1.944)
Juros	(23.274)	(9.322)	(26.408)	(10.429)
Juros Com Partes Relacionadas	(13.563)	(11.469)	(29.481)	(31.679)
Outros	(2.083)	(2.356)	(2.079)	(2.356)
Variação Monetária Dos Impostos	(19.093)	(17.095)	(22.587)	(20.217)
Variação Monetária E Cambial	(30.646)	(20.926)	(32.404)	(21.049)
	-	-	-	-
Total	(61.955)	(32.479)	(58.780)	(32.826)

25. Imposto de renda e contribuição social

As empresas do grupo Eucatex foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., as quais foram optantes pelo lucro presumido.

a) Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias das provisões para contingências	4.611	7.010	4.611	7.010
Diferimento da perda nos contratos de derivativos	-	250	-	250
Total ativo não circulante	4.611	7.260	4.611	7.260
Diferimento de reserva de reavaliação - controlada	-	3.989	-	4.739
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	46.251	46.252
Ajustes CPC's/IFRS - alteração vida útil do imobilizado	13.098	5.733	13.477	5.897
Reavaliação de Ativo imobilizado	7.411	18.734	7.411	18.694
Total passivo não circulante	20.509	28.456	67.139	75.582
Saldo líquido no balanço - passivo	15.898	21.196	62.528	68.322

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.165	125.501	97.830	135.707
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	29.296	42.670	33.262	46.140
Equivalência patrimonial	(24.512)	(36.390)	-	-
Realizações da reserva de reavaliação	15.474	4.568	15.386	4.582
Regime tributário de transição - RTT (Medida provisória nº 449/08 - ajustes da Lei nº 11.638/07)	(7.240)	(3.671)	(7.240)	(3.671)
Provisões/(Reversões) contingências tributárias	(1.431)	2.367	(1.431)	2.367
Juros sobre capital próprio	(7.633)	(8.337)	(7.633)	(8.337)
Outras adições e (exclusões) líquidas (1)	(1.943)	(6.711)	(41.998)	(56.791)
Total	2.011	(5.504)	(9.654)	(15.710)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	(3.287)	(1.705)	(15.369)	(11.121)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	5.298	(3.799)	5.715	(4.589)

(1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, devido duas de suas controladas serem optantes pelo lucro presumido.

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é de R\$488.183, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembléia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

c. Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

d. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a

variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos montantes brutos: i) R\$22.450, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$3.395, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$19.055, creditados em 31 de dezembro de 2011. O valor dos juros serão imputados aos dividendos sendo R\$0,228559 por ação ordinária e R\$0,251415 por ação preferencial.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

	2011	2010
Os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma		
Lucro líquido do exercício	88.176	119.997
Reserva legal	(4.409)	(6.000)
Constituição da reserva de lucros a realizar	20.266	(20.266)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(14.548)	(8.553)
Lucro líquido base dividendos	89.486	85.178
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.372	21.295
Juros sobre capital próprio	22.450	24.521
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre capital próprio	(3.395)	(3.820)
Juros sobre capital próprio a pagar	19.055	20.701
Adicional de juros sobre capital próprio	-	185
Juros sobre capital próprio aprovados	19.055	20.886
Dividendos adicional	3.317	409
Total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.372	21.295
Dividendos por ação ordinária em reais	0,2278	0,2156
Dividendos por ação preferencial em reais	0,2505	0,2372

1) *A Reserva de Lucros a realizar refere-se a parcelas vincendas após o período de um ano referente à venda da Fazenda Santa Luzia, no mês de março de 2011 a Companhia antecipou o recebimento das parcelas vincendas, através de cessão de créditos, portanto realizou todo o saldo de reserva de lucros a realizar;*

2) *A Realização de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao impacto líquido no resultado da avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos.*

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de dividendos a pagar era R\$33.705 (R\$21.295 em 31 de dezembro de 2010).

e. Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.231.903 (cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderá recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações deverá ser feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha 483.034(186.434 em dezembro de 2010) de ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$6,59 por ação totalizando R\$3.183.

f. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

Lucro por ação	31/12/2011	31/12/2010
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	88.176	119.997
Quantidade de ações ordinárias e preferencias	92.203.018	92.432.822
Lucro Básico por ações ordinárias (em reais)	R\$ 0,90	R\$ 1,21
Lucro Básico por ações preferencias (em reais)	R\$ 0,99	R\$ 1,34

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

27. Compromissos

A controlada Eucatex Imobiliária Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. A forma de pagamento destes compromissos de arrendamentos são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou de acordo com as colheitas através de parcerias com pagamento em madeira. Os volumes de compromissos

decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas até 31 de dezembro de 2011 corresponderão a um desembolso anual de, aproximadamente, R\$8.000. O vencimento do último contrato será em 2026, sendo que o prazo médio dos contratos é de 14 anos.

Adicionalmente a controlada Eucatex Imobiliária Ltda., assinou contrato de fornecimento de madeira em pé com a empresa Suzano Papel e Celulose S/A para fornecimento no período de 2010 a 2012. O valor presente do compromisso futuro do contrato de fornecimento foi de R\$10.125, equivalente ao volume de 225.000 m3.

28. Benefícios a administradores e empregados

a) Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

b) A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e, em 31 de dezembro de 2011, o montante provisionado é de R\$5.330 (R\$4.870 em 31 de dezembro de 2010).

29. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não foram examinadas por nossos auditores independentes:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância
Complexo Industrial/Administração e Estoques	Quaisquer Danos Materiais a Edificação, instalação e Maquinas, Equipamentos e Estoques	R\$ 787.920
Transportes - importações e exportações	Danos Causados aos bens Inclusive roubo	US\$ 1.000
Veiculos	Colisão, Incendio, Roubo e Furto para 41 Veiculos	R\$ 2.050

30. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria, os quais estão segmentados entre os produtos-Madeira e Tintas. As operações de Tintas são realizadas no Mercado Interno.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

Resultado por Segmento	Madeira		Tintas		Ajuste de Consolidação		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita Líquida de Vendas	712.041	601.768	195.410	180.553	(8.331)	(26.485)	899.120	794.002
Custos dos produtos vendidos	(462.723)	(409.378)	(126.103)	(122.536)	8.268	27.697	(580.557)	(502.524)
Lucro bruto	249.318	192.390	69.307	58.017	(63)	1.212	318.563	291.478
	35,0%	32,0%	35,5%	32,1%			35,4%	36,7%

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas do grupo.

A Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida.

Na elaboração das informações por segmento a Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

31. Receita Líquida de vendas

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta de vendas	826.506	717.571	1.137.671	988.085
Mercado interno	803.830	703.973	1.091.884	966.404
Mercado externo	37.570	25.005	64.497	38.607
Descontos e Abatimentos	(14.894)	(11.407)	(18.710)	(16.926)
Impostos e contribuições sobre vendas	(160.114)	(147.763)	(238.551)	(194.083)
Receita Líquida de vendas	666.392	569.808	899.120	794.002

32. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(490.713)	(396.109)	(624.194)	(538.614)
Despesas com vendas	(74.698)	(63.853)	(130.518)	(117.650)
Despesas gerais e administrativas	(44.435)	(40.090)	(48.756)	(44.264)
Resultado financeiro	(61.955)	(32.479)	(58.780)	(32.826)
Outras despesas operacionais	19.481	(18.804)	17.321	38.969
	(652.320)	(551.335)	(844.927)	(694.385)
Matéria-prima consumida e outros	(307.777)	(208.398)	(395.859)	(370.380)
Despesas com pessoal e encargos	(116.469)	(100.237)	(148.736)	(129.303)
Despesas de vendas variáveis	(55.627)	(47.418)	(80.860)	(72.791)
Depreciação e amortização	(43.599)	(33.433)	(45.030)	(35.473)
Serviços de terceiros	(47.020)	(40.870)	(53.531)	(47.597)
Propaganda e publicidade	(4.498)	(3.556)	(11.523)	(10.585)
Impostos e taxas	(944)	(1.156)	(1.033)	(1.820)
Encargos financeiros sobre financiamentos	(25.591)	(12.842)	(20.155)	(7.727)
Variação cambial monetária líquida	(31.825)	(19.637)	(56.861)	(25.099)
Outras	(18.970)	(83.788)	(31.339)	6.390
	(652.320)	(551.335)	(844.927)	(694.385)

33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro na venda de ativo imobilizado	175	-	175	57.161
Constituição de provisão para perda de ativo (<i>Impairment</i>)	-	(1.890)	-	(1.890)
Gastos pré-operacionais Nova Linha Thdf/Mdf	-	(3.353)	-	(3.353)
Participação nos resultados	(4.246)	(3.823)	(5.606)	(5.424)
Provisão(Reversão) Contingências tributárias e outros	23.552	(9.738)	22.752	(7.525)
Total	19.481	(18.804)	17.321	38.969

Conselho de Administração		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otávio Maluf	Flávio Maluf	Antônio Delfim Netto
		Dácio Antonio Pereira Oliveira
		Marcelo Faria Parodi
		Heitor Aquino Ferreira
		Miguel Jorge
Diretoria		
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Geral	Diretor Vice-Presidente Executivo
Flávio Maluf	Otávio Maluf	José Antônio Goulart de Carvalho (*)
		(*) Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/0-6
Controller